



---

Grupo de Trabalho 5: Análise Social do Saber Profissional e do Trabalho Técnico-Intelectual: uma linha de investigação em desenvolvimento

---

A metodologia etnográfica do conhecimento profissional: o contexto de trabalho dos técnicos dos programas de educação de adultos

---

LOUREIRO, Armando

Doutor em Sociologia da Educação/Educação de Adultos

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

aloureiro@utad.pt

---

### Resumo

Os técnicos de educação de adultos que desenvolvem as suas actividades em contextos associativos têm vindo a assumir um relevo cada vez maior no nosso país. A comunicação que se apresenta aborda o trabalho etnográfico realizado junto de uma equipa técnica de educação de adultos de uma associação de desenvolvimento local do norte de Portugal. O seu principal objectivo é, assim, realizar uma reflexão centrada na metodologia empregue e em questões várias a ela ligadas: como se foi penetrando no contexto de trabalho dos técnicos? Que estratégias de recolha, registo e organização dos dados foram usadas? Que interpretação foi sendo feita acerca das estratégias usadas e da metodologia empregue no seu conjunto? Como é que a presença do investigador foi sendo interpretada pelos técnicos ao longo do tempo? Que tipo de contributo poderá ter tido para aquele local de trabalho a presença do investigador e a metodologia usada?

Palavras-chave: etnografia; conhecimento profissional





## I Introdução

A comunicação que se apresenta, embora se refira a uma investigação etnográfica particular (Loureiro, 2006), deve ser vista como um exercício de reflexão metodológica do grupo que enquadra tal pesquisa.

O estudo etnográfico fez-se junto de uma equipa técnica de educação de adultos de um Centro de Educação e Formação de uma associação de desenvolvimento local do norte de Portugal. A investigação durou seis meses, período durante o qual se fizeram deslocações trissemanais ao local, em média.

O espaço em causa é constituído por uma recepção, pelo gabinete dos técnicos, por salas de formação, por uma sala de reuniões da equipa técnica, por uma sala para os formadores, por um Centro em Recursos de Conhecimentos, por dois gabinetes do pessoal administrativo e por um bar. Foi sobretudo no gabinete técnico que a esmagadora maioria dos dados foram recolhidos. O gabinete técnico é um espaço rectangular, com uns 10 metros de comprimento e uns 4 de largura. É um gabinete interior, não tem luz directa. É composto por seis secretárias, agrupadas duas a duas, portanto os técnicos encontram-se frente a frente aos pares. De um dos lados do gabinete existem 8 armários cheios de dossiers e de outro tipo de documentação, por cima dos quais está um placar com algumas fotografias, postais e também horários dos cursos em funcionamento.

A unidade de análise foi, portanto, essa equipa que era constituída por 6 elementos, 5 dos quais do sexo feminino, com idades entre os 25 e os 45 anos. Todos tinham licenciaturas na área da educação ou da sociologia e possuíam experiência profissional diversificada. O foco da observação e a problemática em análise foi a dos usos do conhecimento oficial realizados pelos técnicos no decurso da sua actividade.

De seguida, focam-se, essencialmente, o processo de integração do investigador no local de observação e os procedimentos usados para recolher, registar e organizar os dados. Procura-se, simultaneamente, mostrar de que forma o exercício da etnografia praticada contribuiu para a reflexividade dos actores pesquisados.

## II A entrada e a permanência no local: principais etapas de um processo de integração

O acesso ao local de investigação foi precedido por um processo de negociação prévia, efectuado junto de uma dirigente, que também exercia funções técnicas, a quem havia sido feita uma entrevista na fase exploratória da investigação. Foi ela que, após esse processo, me introduziu no local e me apresentou a todos os elementos da equipa técnica. Foi ela também que desde início deu autorização para presenciar o que quisesse e aceder aos materiais que desejasse. Atitude que foi sendo repetida pela restante equipa.

Apesar desta manifestação a integração mais nítida no local não se fez de imediato. Destaco três grandes momentos desse movimento. O primeiro corresponde ao período que começa com a minha chegada e que se prolonga até à minha banalização no terreno. Tratou-se de um período relativamente curto (cerca de mês e meio) em que apesar de formalmente aceite pelo grupo ocorreram alguns factos que demonstram que a minha integração ainda não era uma realidade. Os silêncios frequentes e longos ocorridos entre os técnicos, que tanto me perturbavam, mas que sempre respeitei e que jamais interrompi, foram um desses factos. Nessas alturas duvidei várias vezes do método e do que estava ali a fazer.

A rejeição amável por parte dos técnicos a uma oferta minha para os ajudar na simples separação dos exemplares dos planos de formação a candidatar ao Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, foi outro desse factos. Outro aspecto que demonstra que a minha integração no local não era ainda uma realidade naquela altura e que existia mesmo uma certa desconfiança em relação a mim e ao que estava a realizar, foi a ideia que o meu trabalho se tratava de uma avaliação. Isto, quando foi claramente explicitado por um dos membros da equipa técnica, deixou-me muito apreensivo, pois tinha tido



desde início a preocupação de tentar afastar essa ideia e acabava de constatar que não havia tido êxito. Disse-me ele, enquanto tomávamos café: “...pois, mas o que eu não percebo é como depois vai fazer o tratamento da avaliação que está a fazer do nosso trabalho...”. Penso que este pressuposto pode resultar do facto de muitas das avaliações externas que se fazem a projectos nestas instituições serem concretizadas por professores universitários. O que, aliás, havia ocorrido naquele local há relativamente pouco tempo.

Mas estes aspectos, os silêncios, a ideia de avaliador, foram desaparecendo, a um ritmo que considero rápido, pois passado esse período inicial os silêncios foram sendo cada vez menores e mesma pessoa que antes tinha dito que estaria ali a realizar uma avaliação disse mais tarde: “Agora percebo que o que pretende é sobretudo perceber a forma como fazemos... e não fazer uma avaliação...”.

Considero que alguns aspectos terão contribuído para ultrapassar esta primeira fase e entrar na segunda: a da banalização no terreno. Tais aspectos podem ser sistematizados em três ordens de factores: estratégicos, identitários e temporais. O facto de ter começado a tirar notas na presença dos técnicos, mudando desta forma a estratégia inicial de o fazer, terá contribuído para que os silêncios fossem desaparecendo, pois a partir dessa altura os técnicos começaram a conversar mais entre si e comigo. O começar a dar a conhecer os primeiros resultados e interpretações que fiz dos dados teve como efeito uma cada vez maior abertura por parte deles, porque penso que começaram a perceber melhor o que andava ali a fazer. Este processo, para além do efeito abertura, foi muito frutuoso porque eles iam reforçando, completando, justificando e até negando e avançando com novos dados que me faziam reinterpretar as interpretações iniciais. Este exercício etnográfico favoreceu, sem dúvida, a reflexividade dos técnicos sobre a sua actividade.

A existência de uma certa proximidade identitária entre o investigador e o grupo profissional em causa favoreceu também a especificidade do processo de integração. Todos tínhamos escolaridade superior, quatro dos técnicos eram licenciados em Sociologia, que é a minha formação académica de base. Havia, portanto, uma grande partilha do mesmo universo simbólico. Por outro lado, eu tinha tirado o mestrado em desenvolvimento local e a minha primeira experiência profissional foi num projecto de luta contra a pobreza em meio rural e eles são técnicos de uma associação de desenvolvimento local e alguns deles haviam participado também em projectos semelhantes ao que eu vivi. Esta partilha de experiências mais ou menos comuns favoreceu, em meu entender, a minha integração no local.

Por fim, considero que a intensidade temporal da minha presença terá favorecido também a integração no terreno. Recordo que em média fui ao local três vezes por semana, mas no período em causa fui diversas vezes com mais regularidade. Por outro lado, chegava ao local por volta das 9.00 e saía entre as 19.30 e as 20.00 horas.

Senti que a minha banalização era um facto quando percebi que a minha presença no local deixou de ser inibidora, até certo ponto indiferente e quando me começaram a contar certas confidências. Os momentos de descontração que foram surgindo (falámos muitas vezes das nossas famílias, falámos das férias, almoçámos e lanchamos várias vezes juntos), comentários como “eu até me esqueço que está cá...”, feitos a propósito duma apreciação pouco abonatória acerca de algo que fizeram, ou não fizeram, e a narração de situações confidenciais, rematadas com um “isto que não saia daqui”, são exemplos que me fazem pensar que a minha banalização no terreno sucedeu.

Por fim, o terceiro momento que distingo no processo de integração é o da adopção por parte do grupo. Considero que tal sucedeu quando surgiram os pedidos de ajuda por parte de alguns técnicos e as discussões/reflexões mantidas comigo em torno de alguma “teoria”, ou da sua prática. Refiro como exemplo o pedido de ajuda que uma das técnicas me fez para reconstruir uma das fichas de avaliação da formação que usam. Fê-lo como se se estivesse a dirigir a um dos colegas dela: “Armando, estou aqui a alterar uma ficha de avaliação, não te importas de me ajudar...de me dares a tua opinião...”. Nesta colaboração discutiram-se escalas de classificação dos formandos. Recordo também quando a propósito da forma como realizavam o seu trabalho foi mencionado, por três das técnicas mais antigas no local, o tipo de trabalho que



realizavam quando foram para aquela associação: *“era um trabalho de terreno, de contacto com as pessoas, a formação fazia-se a partir desse contacto muito mais intenso...agora o trabalho é muito mais burocrático e de gabinete...”*. No decorrer deste diálogo foi discutida a prática, a forma como a actividade dos técnicos era agora exercida, e, nesse contexto, reflectiu-se sobre o papel dos projectos de desenvolvimento local, das associações e das suas equipas e também dos principais modelos de educação de adultos em vigor. Estes são exemplos de como através da etnografia se estimula a reflexividade dos actores sobre a sua prática e sobre questões de âmbito mais geral que enquadram essa mesma prática.

Apesar de considerar que a integração foi um facto, não considero que eles me entendessem como um deles. Como refere Caria (2000), o investigador não chega a tornar-se membro do grupo. Houve portas que nunca foram abertas, ou totalmente abertas. A prova ocorreu, por exemplo, quando um deles chamou um colega seu (a coordenadora da equipa) para conversarem à parte, na sala contígua ao gabinete e de porta fechada. Isto ocorreu já muito próximo da altura em que abandonei o terreno. Portanto, o ser aceite não é o mesmo que “ser de”, que “pertencer a”, e sempre tive a noção disto mesmo. Houve coisas às quais não tive efectivamente acesso. Isto apenas faz lembrar que não podemos ter a ilusão de conseguir “apanhar” toda a realidade estudada. Como lembra Cornu (2003), a propósito do estudo dos ofícios, existem vários tipos de dificuldades que tornam muito difícil captar a realidade na sua totalidade: a ambiguidade do comportamento dos informadores; o segredo sobre certos assuntos aos quais quem observa dificilmente terá acesso; a dificuldade de captar saberes-fazer, saberes tácitos; e ainda a dificuldade de se conseguir traduzir por meio da escrita científica a riqueza desses saberes.

### **III Estratégias de recolha, registo e organização do observado**

#### **3.1. A recolha**

A recolha da informação desejada pode ser feita de várias formas e a este propósito pode-se perguntar, por exemplo: Como chegar à informação? Que instrumentos usar? O que, como e quando observar? Como perguntar? Sobre o que perguntar? Quando perguntar? A quem perguntar? Que tipo de questões pôr? Com que objectivos perguntar? Que documentos consultar?

Podemos partir para uma pesquisa de terreno munidos de instrumentos/técnicas previamente construídas de recolha da informação. Podem-se construir, por exemplo, inquéritos por questionário ou por entrevista para os quais existem trabalhos que explicam, entre outros aspectos, como se devem construir as perguntas e como devem ser feitas (Foddy, 1996; Ghiglione e Matalon, 1993).

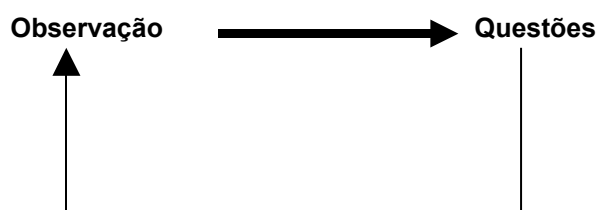
Este não foi o caso da investigação que aqui se traz. A observação, ou seja a visão e a audição dirigidas para a actividade dos técnicos (observação do que se fazia, escutar o que se dizia sobre o que se fez, fazia ou pensava vir a fazer), comandou sempre o processo de recolha da informação. Foi sempre a partir dela que se usaram outras técnicas de recolha da informação: pedidos de relatos sobre o que não vi, conversar e questionar sobre o que vi e ouvi, e análise de documentos que os vi produzir ou aos quais se foram referindo. Houve, portanto, uma combinação de várias técnicas assentes na observação e no observador, que tem sido apontada por vários autores como o esteio da estratégia etnográfica (Costa, 1987; Iturra, 1987; Merriam e Simpson, 1989; Caria, 1994, 2000; Burgess, 1997; Silva, 2001).

Centro-me, neste momento, apenas na interacção entre aquelas que foram as principais técnicas de recolha: a observação e as questões. Como referi, a observação comandou sempre o processo de recolha da informação. Só quando ela por si não era suficiente para obter a informação desejada é que surgiam as questões dirigidas aos técnicos. Acontece que elas se tornaram um instrumento precioso de recolha, porque como não era um investigador familiarizado com o meio a observação por si não chegou, muitas vezes, para perceber o que se estava a passar e porque a partir delas foram feitas novas observações (ou seja,



observações sobre aspectos aos quais não havia dado importância, ou sequer me tinha apercebido da sua existência) e re-observações acerca do que havia já observado, no sentido de confrontar as observações previamente efectuadas com o que me havia sido dito através das respostas às questões. Portanto, a observação determinou as questões e estas levaram, diversas vezes, a novas ou a re-observações, que por sua vez levavam a novas questões sempre que os assuntos não estavam ainda devidamente esclarecidos. É preciso fazer notar que várias vezes as respostas que pretendia obter foram dadas sem sequer ter de fazer as questões directamente, como procurarei elucidar adiante.

Antes de entrar em maiores detalhes apresenta-se um esquema muito simples que procura sintetizar o processo de recolha dos dados a que me tenho referido.



As questões colocadas aos técnicos foram de vários tipos e foram sendo feitas a partir do que os vi fazer e ouvi dizer. Tratou-se sempre, portanto, dum perguntar contextualizado, como já referi antes. As questões colocadas foram sendo feitas relativamente a factos observados no próprio dia, ou em dias anteriores e elas abordavam tanto aspectos descritivos como aspectos explicativos/justificativos. Assim, as questões mais postas foram, ainda que muitas vezes não sob este formato: O quê? Como? Para quê? Porquê?

O questionamento, o pedido de explicações e justificações, foi sendo feito de forma gradual. Na verdade, nos primeiros dias não lhes coloquei nenhuma pergunta e as que primeiro foram feitas referiram-se a aspectos descritivos, ou seja, ao o que? E mesmo aqui houve uma gradação: primeiro perguntou-se o que é isto ou aquilo? Por exemplo, o que é o RVC (processo de Reconhecimento e Validação de Competências dos adultos)? O que quer dizer EFA (cursos de Educação e Formação de Adultos)? Ou seja, primeiro foram feitas questões mais genéricas, que não tinham a ver com o que os técnicos estavam a fazer em concreto. Só depois surgiram questões descritivas que levavam para o que estavam efectivamente a fazer: o que estás a fazer? Que grelha é essa que estás a preencher? Só mais tarde começaram a surgir as perguntas relativas ao pedido de explicações e justificações. Passado algum tempo as questões surgiam em simultâneo.

Normalmente, quando me dirigia aos técnicos para procurar perceber ou aprofundar determinado aspecto, confirmar ou confrontar uma qualquer interpretação minha, remetia os técnicos para a situação/facto em causa, fazendo uma descrição da mesma e de seguida dizia que não a tinha entendido bem, ou que o meu entendimento tinha ido num dado sentido, esperando pela sua reacção, que muitas vezes dispensava a colocação directa das questões acima referidas. Na verdade, várias vezes tinha percebido mais do que o que lhes dizia ter entendido, outras vezes não tinha entendido mesmo ou tinha percebido muito pouco e noutros casos esperava pela confirmação, ou não, de uma qualquer interpretação minha.

No primeiro caso, o objectivo foi evitar a confrontação dos técnicos com situações em que não se sentissem tão à vontade ou que os comprometesse de alguma forma. Procurei sempre evitar qualquer tipo de confrontações desnecessárias, que pudessem prejudicar a investigação (Caria, 2000; Durão, 2003). No segundo e terceiro casos, o objectivo era efectivamente perceber ou confirmar o que tinha ocorrido (aliás esses não deixavam de ser também os objectivos da primeira estratégia de abordagem que referi).

Este tipo de estratégia revelou-se pertinente, porque, por várias vezes, os entendimentos iniciais que fiz foram completados pelas informações adicionais que os técnicos foram dando, foram alterados porque afinal o que tinha entendido duma determinada maneira não era bem assim e também porque muitos



desses entendimentos foram confirmados. Por exemplo, tinha percebido que no processo de RVC intervinham apenas o técnico responsável por determinado curso e os formandos desse curso. Foi-me explicado que naquele local, para além desses intervenientes, participam também os formadores responsáveis por cada um dos módulos do curso em causa e foi-me justificada essa opção: «...*dessa forma conseguimos realizar uma melhor avaliação das reais competências dos formandos...*».

Esta forma de fazer não surgiu do acaso, estas questões não foram feitas apenas para querer saber o que se estava a passar, ou tinha passado, elas foram realizadas com o objectivo de validar a informação que ia recolhendo (Burgess, 1997). E, dessa forma, procurou-se também integrar na análise da realidade que estudei aqueles que dela fazem parte. Esta preocupação de entender e introduzir os observados nas interpretações do investigador é um dos princípios da etnografia e é uma estratégia usada, em diferentes graus, por vários autores (Caria, 2000; Silva, 2001; Ribeiro, 2003).

Quando abordava os técnicos procurei sempre não os interromper, nunca quebrar nenhum dos diálogos que mantinham uns com os outros para obter qualquer tipo de informação que pretendia. Quando via que estavam muito atarefados, esperava pela melhor altura para os abordar; quando tinha alguma questão mais melindrosa a colocar a algum deles esperava por momentos em que estivesse a sós com a pessoa em causa para a abordar. Enfim, segui sempre uma das regras do método: saber esperar, ter paciência (Pereira, 2003), conseguir controlar a vontade de quase constantemente perguntar, de avançar o mais depressa possível. Isto não foi nada fácil para mim e foi dos aspectos que mais me angustiou, sobretudo no início, porque via os dias passar e achava que o trabalho não estava a avançar. Agora, reconheço que terá sido das melhores coisas que fiz, pois o saber esperar, o não forçar as situações, revelou-se muitas vezes altamente informativo. Dessa forma consegui obter muita informação sem ter necessidade de perguntar por ela directa ou indirectamente (Costa, 1987) e consegui também ser alertado para aspectos que até ao momento não tinha pensado mas que verifiquei depois serem muito importantes para conseguir realizar uma melhor análise. Este tipo de informação, que obtive de forma inesperada, não programada, dada por eles de forma espontânea, foi sem dúvida muito relevante.

Muitas destas conversas/questionamento eram feitas de forma gradual, aos poucos, e em momentos diferentes. Foram raras as questões que se fecharam no momento da primeira conversa. Elas passavam da manhã para a tarde e da tarde, ou manhã, para o dia seguinte ou para quando fosse oportuno. Naturalmente, que tudo isto foi possível graças a outra das regras deste método: a permanência física demorada no local de observação. O tempo é, sem dúvida, uma das chaves neste tipo de investigação (Caria, 1994, 2000; Durão, 2003; Pereira, 2003).

Como terá ficado entendido, as questões eram postas normalmente ao técnico relativamente ao qual havia visto fazer ou ouvido dizer algo que me interessava explorar. No entanto, também fiz, diversas vezes, questões a quem não tinha feito a observação inicial. Isto aconteceu porque a pessoa com quem conversei inicialmente disse que o técnico x ou y também estava envolvido no processo em causa e interessou-me ouvi-los, e porque, mesmo não tendo sido apontados como estando envolvidos no processo, me interessou confrontar o que me havia sido dito com a visão de outros técnicos sobre o assunto que estava a tratar. Fiz ainda questões de ordem colectiva, ou seja, colocadas no mesmo momento e a todos os que se encontravam no gabinete. Estas questões ocorriam, normalmente, após as anteriores e tinham como finalidade rematar um assunto que dizia respeito a todos.

Termino aludindo a algo a que na secção anterior já fui salientando: o efeito estimulador da reflexão e o efeito formativo sobre os técnicos, provocado pela presença do etnógrafo. Efectivamente, durante este processo de vai e vem entre a observação e o questionamento contextualizado, várias foram as alturas em que esses efeitos foram exteriorizados pelos próprios técnicos, através de palavras como “...*ainda bem que cá está e nos coloca essas questões porque isso obriga-nos a fazer um exercício de memória, obriga-nos a pensar nessas coisas, não é que não pensemos nelas, mas muitas vezes não temos tempo para pensar nisso e outras, como já fazemos isto há muito, nem reflectimos bem sobre isso...*”, ou “...*eu acho muito*



*interessante esses chapéus que usa para caracterizar aquilo que fazemos, essas ligações que faz à teoria...”, ou ainda “...é, é isso mesmo, eu nunca tinha pensado nisso dessa forma, mas é isso...”.*

### 3.2. Registo e organização

O registo dos dados fez-se através das designadas notas de campo. Estas nem sempre foram registadas da mesma forma, nem no mesmo instrumento, muito embora o instrumento preferencial tenha sido desde início o bloco de notas, nem no mesmo local, embora o local privilegiado tivesse sido o próprio gabinete técnico. Sinteticamente, distingo os seguintes locais, instrumentos e formas/momentos de registo: Centro/gabinete técnico, carro, casa; bloco de notas, papeis soltos (folhas A4, talões de Multibanco...); perante e fora da presença dos técnicos. De seguida especifica-se um pouco os procedimentos utilizados.

Nos primeiros dias não foi tirada qualquer tipo de nota na presença dos técnicos, nem no local de observação. Começou por se realizar um primeiro registo do que tinha sido observado no carro e depois em casa completavam-se os tópicos aí escritos. A atitude foi, inicialmente, muito passiva. Esta estratégia causava alguns embaraços, quer ao observador, quer aos técnicos, e depressa se mudou de estratégia, passando as notas a serem tiradas na presença deles, no gabinete, mas nunca quando conversava com eles. A partir do momento em que se adoptou este procedimento nunca se escondeu que o se estava a fazer, sempre se deixou o bloco aberto e várias vezes lhes disse o que estava a anotar.

Este facto não fez com que se deixasse de tirar notas no carro, bem pelo contrário. Raro foi o dia em que tal não foi feito. Normalmente, mal entrava nele, procurava completar o mais possível os factos observados. Mas, muitas vezes também, já em andamento, ia fazendo o relato mental do que se tinha passado e parei várias vezes o carro, após os primeiros dias em locais fixos, para tomar ou completar anotações (foi, sobretudo, nestas alturas que os registos em papeis soltos foram feitos). O mesmo ocorria mal o parava à entrada de casa, ou já dentro dela. Este tipo de anotações (as que fazia já em viagem ou quando chegava a casa) não eram normalmente descritivas, eram sobretudo notas metodológicas e analíticas e assumiam várias vezes, sobretudo no início, o formato de questões, passando gradualmente ao formato de afirmações.

Foram tiradas também notas antes de chegar ao local de observação, ou seja, nos dias em que se fez trabalho de campo e mal entrava no carro, para além de registar o dia em questão, o estado do tempo e a hora de partida, tirava uma série de notas relativas aos receios e expectativas quanto à forma como o dia iria correr.

Assim, sob várias formas e em diversos momentos, espaços e até instrumentos, as notas tiradas, para além de relatarem o mais intensivamente possível o observado, referiam-se também a aspectos metodológicos e analíticos. As notas foram sendo cada vez mais selectivas, ou seja, a partir do momento em que relativamente a determinado aspecto se obtinha um efeito de saturação da informação, as notas a ele referentes foram deixando de ser realizadas (Geertz, 1994; Caria, 2000).

Toda a informação recolhida foi sendo transposta de forma organizada para o diário de campo. Normalmente no dia seguinte a cada presença no terreno, essa transposição foi sendo feita. Mas, tal como a forma de fazer relativa às anotações, também a forma de construir o diário foi sendo alterada. Começou-se por dividir o diário nas seguintes partes: notas descritivas; notas metodológicas; notas empírico – teóricas; e questões resultantes da observação. O diário tem ainda dados relativos ao dia da observação, hora de partida e hora de chegada e estado do tempo.

Nas notas descritivas deu-se conta de tudo o que conseguiu captar, ou seja, do que se tinha observado nesse dia. Este tipo de notas procurou realizar uma descrição densa da realidade observada (Pais, 2002). No fim desta secção começou por fazer um quadro síntese dos factos ocorridos, no qual se registou data e hora aproximada do facto observado, intervenientes no facto/situação e local da observação. Estes quadros apenas foram feitos nos quatro primeiros dias de observação, pois tornou-se inviável continuar a proceder dessa forma, por manifesta falta de tempo.





Nas notas metodológicas foram registados aspectos relativos aos instrumentos usados para recolher a informação, ao tipo de informação/dados recolhido, às minhas impressões, sentimentos e reflexões em torno da investigação, da forma como a estava conduzindo, às questões dos acessos/negociações ao espaço e actores em observação, à forma como os técnicos me foram entendendo, à forma como me fui fazendo entender, aos receios, aos espaços de observação, à saturação da informação, entre outros aspectos.

Relativamente à secção das notas empírico – teóricas, aí foram registadas toda uma série de questões, interpretações e análises de índole teórica. Quer dizer, aqui foi sendo feita uma primeira confrontação do que se ia recolhendo com temas teóricos, tratou-se de uma primeira interpretação teórica dos dados.

Por fim, havia ainda uma última secção, a das questões resultantes do dia anterior, que procurava concentrar tudo o que fossem dúvidas minhas ou aspectos a retomar nas visitas seguintes. Isto também só foi feito desta forma nos primeiros dias. No entanto, este aspecto nunca foi descurado, ou seja, este tipo de questões, ou chamadas de atenção para retomar os assuntos mais pertinentes, foi sempre feito, mas deixou de fazer parte do diário de campo. Essas questões foram sendo postas no próprio bloco de notas, o que, aliás foi feito sempre, e a partir de um determinado momento em folhas soltas. Foi a partir destes registos que muitas das questões a que aludi acima foram sendo colocadas aos técnicos. Este foi, portanto, um dos procedimentos que permitiu a reflexão dos técnicos sobre a sua prática.

Outra alteração na forma de construir o diário foi a sua subdivisão em secções. Portanto, as notas descritivas, metodológicas e as empírico – teóricas permaneceram mas não numa forma seccionada. A opção tomada a partir de determinada altura foi a de ir relatando, reconstruindo o dia em questão, o que aliás também sempre foi feito na secção das notas descritivas, e em simultâneo ir tomando notas metodológicas e empírico – teóricas. Este facto ficou a dever-se, sobretudo, a uma questão de tempo, ou seja, com o formato anterior ocupava-se muito mais tempo na organização do diário. Aliás, a mesma razão esteve na base das outras alterações. Assim, desde muito cedo o diário assumiu a forma dum relato descritivo do dia, sendo complementado com notas de ordem metodológica e empírico – teórica.

Muitas das notas destes dois últimos tipos ocorriam na altura em que estava a passar as notas descritivas, ou seja, na altura em que se reconstituía o que se tinha passado. Este tipo de notas, após se ter abandonado a modalidade organizativa anterior (seccionada), passou a ser feita com margens maiores, portanto dentro da margem normal escolhida para realizar as notas descritivas e também passaram a ser assinaladas, de forma a mais facilmente poderem ser identificadas. Após serem tomadas esse tipo de notas retomava-se a sequência da descrição do ocorrido.

O diário foi manuscrito e foram deixadas margens suficientemente largas para mais facilmente se poderem codificar os dados a analisar. O resultado desta forma de fazer foi uma quantidade enorme de páginas, milhares. A maior parte delas ocupadas por notas descritivas. Desde início que estas ocuparam um lugar maior no diário. No entanto, devo referir que no início foram tiradas muitas notas de ordem metodológica e que com o decorrer do tempo as de ordem empírico – teóricas foram aumentando gradualmente.

#### **IV Notas finais**

Estas breves notas finais são reservadas para dois ou três aspectos. Começo por salientar que aprendi com a utilização desta estratégia metodológica, que nunca havia empregue. Aumentei o meu reportório, o meu conhecimento, o meu saber-fazer em matéria de investigação.

A técnica em que me baseie, a observação, foi permitindo, aos poucos, passar do estado de confusão inicial em que olhava para tudo em simultâneo e pouco conseguia ver, para um estado em que fui conseguindo ver, perceber, entender parte do que observava. Fui conseguindo captar sinais que me faziam antecipar o que iria acontecer. Usando a visão, a audição a conversação, a anotação e a reflexão sobre o que havia visto, ouvido, anotado e interpretado, fui conseguindo captar parte da realidade estudada, fui conseguindo analisar o meu objecto de estudo.



Para além disso, à medida que ia fazendo, reflectindo sobre o que fazia, confrontando o que e como estava a fazer, ou pensava fazer, com leituras realizadas ou que fazia na altura sobre um qualquer aspecto da estratégia metodológica que usei, fui ganhando cada vez mais confiança no que estava a fazer e fui-me identificando cada vez mais com essa forma de fazer investigação, o “ofício” foi entrando, aos poucos, mas cada vez mais em mim.

Portanto, este exercício foi também um local de encontro frequente e interactivo entre teoria e prática. Refiro-me, como acabei de dizer, à minha prática de investigação e de como me fui dando conta que as leituras que fiz previamente relativas ao método se iam, ali, na prática etnográfica, revelando. Refiro-me também ao maior sentido que as leituras teóricas previamente feitas sobre os assuntos que queria estudar passaram a ter depois de me confrontar com a prática dos que estava a observar e ao que dessa prática resultou em termos de uma procura acerca de temas que até então não tinha dado muito relevo. Este tipo de exercício metodológico permitiu, assim, ir viajando entre dois níveis distintos, mas complementares, da investigação: o da teoria e o da prática, o do conhecimento teórico e o do saber contextual. Procurei conjugar a linguagem da experiência do terreno com a linguagem da teoria (Fonseca, 1999; Caria, 2003).

Termino com a referência ao que se revelou, para mim, ser um dos efeitos mais visíveis da minha presença naquele local, ao qual fiz referência nas secções anteriores: o efeito formativo e reflexivo sobre os técnicos.

## **Bibliografia**

BURGESS, Robert (1997), *A Pesquisa de Terreno. Uma Introdução*, Oeiras, Celta.

CARIA, Telmo (1994), “Prática e aprendizagem da investigação sociológica no estudo etnográfico numa escola básica 2.3.”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº41, pp. 35-62.

CARIA, Telmo (2000), *A Cultura Profissional dos Professores. O Uso do Conhecimento em Contexto na Conjuntura da Reforma Educativa dos Anos 90*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CORNU, R. (2003), *Educação, Saber e Produção*, Lisboa, Instituto Piaget.

DURÃO, Susana (2003), *Oficinas e Tipógrafos. Cultura e Quotidianos de Trabalho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

FIRMINO da COSTA, António (1987), «A pesquisa de terreno em sociologia», em José Madureira Pinto, A. Silva, (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp.129-148.

FOODY, W. (1996), *Como Perguntar*, Oeiras, Celta.

FONSECA, Claudia (1999), “Quando cada caso não é um caso”, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, nº10, pp. 58-78.



GEERTZ, Clifford (1994), *Conocimiento Local*, Barcelona, Paidós.

GHIGLIONE, Rodolphe. e MATALON, Benjamin. (1993), *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.

ITURRA, Raul (1987), «Trabalho de campo e observação participante», em José Madureira Pinto, A. Silva (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp.149-163.

LOUREIRO, Armando (2006). *O Trabalho, o Conhecimento, os Saberes e as Aprendizagens dos Técnicos de Educação de Adultos Numa ONGDL. Contribuições etnográficas para uma renovação da Sociologia da Educação* (Dissertação de doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006).

MERRIAM, S. e SIMPSON, E. (1989), *A Guide to Research for Educators and Trainers of Adults*, Malabar, Robert E. Kreiger – Publishing company.

PAIS, José (2002), *Sociologia da Vida Quotidiana*, Lisboa, ICS.

PEREIRA, Luís (2003), «Qué hace por estas tierras?: um antropólogo português em Mapuche», em Telmo Caria (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp.115-130.

RIBEIRO, Manuela (2003), «E como é que, realmente, se chega às pessoas? Considerações introdutórias sobre as notas e o trabalho de campo como processo social», em Telmo Caria (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp.99-114.

SILVA, Pedro (2001), *Interface Escola-Família, Um Olhar Sociológico. Um estudo Etnográfico no 1º Ciclo do Ensino Básico*, Porto, UM/FPCE (Dissertação de doutoramento).